



RESENHA

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Lucas Guedes Vilas Boas
Licenciado e Bacharel em Geografia – UFJF
Especialista em Ciências Humanas e Saúde – UFJF
Mestrando em Geografia – UFJF
Professor de Geografia no CEFET-MG.

De modo bem crítico e com uma visão holística da problemática ambiental, Carlos Walter Porto-Gonçalves, em seu livro “O Desafio Ambiental” aborda as relações existentes entre o período da globalização neoliberal e o meio ambiente, neste momento em que a degradação da natureza chega a níveis inenarráveis. A obra almeja debater as maneiras pelas quais o mau uso da técnica originou danos ambientais irreversíveis.

Seus escritos dividem-se em dois capítulos. O primeiro denominado “A natureza da globalização e a globalização da natureza” aclara de que forma a natureza é entendida no contexto da globalização neoliberal e os modos pelos quais se tenta naturalizar o processo de globalização, algo pretendido principalmente pelas corporações transnacionais e multinacionais, arraigadas no pensamento mercantil.

Segundo o autor, atualmente há uma naturalização do processo de globalização, que se dá por intermédio da técnica. Como exemplo, têm-se os satélites artificiais, que conectam toda a superfície terrestre. Ele afirma que o vocábulo globalização não é neutro, visto que as corporações multinacionais e os órgãos supranacionais sobrevalorizam a escala global. O discurso dos defensores da globalização é de que a natureza não respeita as fronteiras.

Os neoliberais anseiam naturalizar a globalização. O sistema técnico criado pelo homem traz, entre uma de suas contradições, a problemática ambiental, visto que a técnica não é capaz de solucionar os problemas por ela gerados. Existem dois projetos de globalização vigentes, um das elites e outro dos grupos excluídos, sendo este último o defendido pelo autor.

A insustentabilidade político-ambiental caracteriza o capitalismo. O autor afirma que a modernidade é inseparável da colonialidade, e isto está presente nos ideais eurocêntricos. Nacionalistas e socialistas questionam o subdesenvolvimento, afirmando que o uso deste termo ratifica a colonialidade.

A partir da década de 1970, a globalização neoliberal emerge com vigor, o que interfere na questão ambiental, já que este é o período de maior destruição da natureza. Vocábulo como progresso e desenvolvimento representam a dominação da natureza no modo de produção capitalista.

Os ambientalistas proclamam que há limites para a dominação da natureza. O ambientalismo começou a se fortalecer desde a década de 1960, tendo como um marco, o “Clube de Roma”, evento organizado por um grupo de renomados empresários que discutiram a demanda por recursos não renováveis. O autor critica termos como ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, devido ao viés marcadamente ideológico presente nos mesmos.

Na crítica ao atual modelo de desenvolvimento, os desastres naturais de vasto porte mostram que há limites na relação sociedade/natureza para o crescimento econômico. A natureza não se regenera sozinha e isto se evidencia nos atuais quadros de escassez. Conforme aponta também Milton Santos (2006) em “A Natureza do Espaço”, as técnicas são partes das relações dos homens entre si e com a natureza. Todo sistema técnico tem uma intencionalidade, toda técnica possui um uso. O problema não está na técnica em si, mas no uso que se dá a ela.

A atual ideia de desenvolvimento pressupõe o domínio da natureza. O autor aponta que o vocábulo “desenvolver” significa “des-envolver”, tirar o envolvimento (a autonomia) do povo com seu espaço. Sob a égide do capitalismo, a técnica visa o aumento da produtividade. Assim, tem-se a técnica como um objeto “per-feito”, com uma finalidade prévia.

No atual contexto de dominação da natureza, as relações de poder se dão através da ciência. A técnica se vê atrelada ao poder. As relações técnicas traduzem as relações de poder. Atualmente, a ciência possui um viés mercadológico, havendo uma privatização do conhecimento científico. Os Estados Nacionais também se encontram subordinados às grandes corporações, neste momento de ápice das multinacionais e transnacionais.

Nos tempos hodiernos, a ciência e a técnica servem ao capital, à elevação da produtividade. Destarte, várias pesquisas de interesse público não são realizadas. Uma manifestação da presença do mercado na questão ambiental está na difusão da ideia de “desenvolvimento sustentável”. Assim, as políticas ambientais se convertem à lógica econômica.

A economia moderna mercantil está assentada no conceito de escassez. Isto favorece a propriedade privada, pois a privação produz a escassez. Exemplifica-se isto com a posse

privada da terra, que é uma maneira de privação da natureza. A propriedade privada priva o acesso aos recursos naturais, o que mercantiliza a natureza.

Porto-Gonçalves expõe que a natureza é polissêmica, tendo significados dessemelhantes de acordo com a cultura dos povos. Há atualmente uma apropriação cultural e política da natureza pela espécie humana. Um dos fundamentos capitalistas está na dissociação entre homem e natureza, e esse modo de produção separa produtores e consumidores. Hoje, o lugar que produz não é mais aquele que consome.

Além de ser extremamente desigual, o processo de produção gera inúmeros rejeitos e efluentes que são desigualmente distribuídos pela totalidade do globo. O capitalismo depende da extração de matéria e energia enquanto que o desenvolvimento tecnológico aumenta a dependência dos recursos naturais.

Na atualidade, existem três recursos naturais essenciais: a energia, a água e a biodiversidade, sendo que os dois primeiros são fundamentais na exploração de minerais raros. A produção e o consumo geram os rejeitos, os quais se encontram contemporaneamente bastante concentrados, sobretudo nos países subdesenvolvidos. O que acarreta, principalmente, problemas radioativos e nucleares. Neste mote, ressalva-se o fato de que muitos países desenvolvidos descartam seus rejeitos nos subdesenvolvidos, como nos recentes episódios em voga na mídia, nos quais alguns países depositaram seu lixo no litoral de outros menos desenvolvidos economicamente, como o caso do Brasil.

A segunda parte do livro é intitulada “O Homem”, na qual há a discussão da problemática ambiental relacionada a aspectos agrícolas e alimentícios, como no caso das monoculturas, das mudanças genéticas nos alimentos, da insegurança alimentar, entre outros, e também a fatores vinculados à dinâmica hídrica, como as estiagens, a contaminação e a privatização das águas, etc.

No período neoliberal há o aumento das dívidas externas, que crescem mormente nas nações subdesenvolvidas. Apesar de muitos culparem a dívida externa pela degradação ambiental, não faltam recursos aos países para solucionarem seus problemas socioambientais. Vale grifar que a concentração de pessoas num local, implica em problemas ambientais, já que alarga a demanda por energia e matéria. O impacto ambiental das urbes atinge áreas enormes.

Há o constante aumento da “pegada ecológica”, que é um indicador que mensura o impacto ambiental que cada local ou pessoa causa. Esse acréscimo no índice é maior nos países ditos desenvolvidos, os quais possuem maiores taxas de industrialização e urbanização.

A alimentação é fundamental para a reprodução das espécies, pois o alimento é a energia que move todo ser vivo. A agricultura se vincula à política de segurança alimentar. Há um processo de mercantilização da agricultura e de seus produtos, visto que a mesma se pauta nas monoculturas. A insegurança alimentar caracteriza áreas onde a agricultura se destina à exportação. No que concerne à questão geopolítica, as regiões de maior produtividade biológica são as tropicais, enquanto as de maior produtividade econômica são as temperadas. Tal fato evidencia o viés paradoxal presente no modo de produção capitalista e na atual fase da globalização. Há a concentração da produção de alguns alimentos em determinados países, o que gera um quadro de dependência.

O monopólio das sementes dissocia produção e reprodução dos alimentos. Destarte, a segurança alimentar fica dependente de poucas corporações, e portanto, o neoliberalismo e sua tendência privatizadora geram um quadro de insegurança alimentar. A monocultura contribui para tal situação, visto que assim o agricultor depende do setor financeiro-industrial.

Com o capitalismo agrícola, há a expansão das áreas cultivadas, com intenso uso de adubos e agrotóxicos, o que incide na contaminação dos rios e lençóis freáticos e na redução das espécies, além dos diversos danos causados à saúde dos trabalhadores agrícolas.

No contexto brasileiro, a política favorece a agricultura voltada à exportação, visto que existe a construção de uma ampla rede de transportes designada à expansão da fronteira agrícola e à racionalização do escoamento da produção. A mecanização da produção, típica do agronegócio, amplia o desemprego agrícola. A Revolução Verde despolitizou o problema da fome, tornando-o algo técnico, com a introdução dos maquinários, agrotóxicos e transgênicos que elevaram a produtividade agrícola. Seu nome evidencia a ideologia presente na política.

Nos anos 1970 e 1980 abrolham severas críticas à Revolução Verde, principalmente advindas dos ambientalistas. As empresas agroquímicas utilizam a publicidade para transmitirem suas ideologias e comercializarem seus produtos. Isso corrobora com a disseminação da expressão “defensivo agrícola”. Há maior uso de agrotóxicos nos países subdesenvolvidos que nos desenvolvidos, o que confirma a injustiça ambiental como característica latente da geopolítica mundial.

Há um intenso paradoxo entre a redução do impacto ambiental e a racionalidade mercantil, pois a última impede que outras racionalidades mais complexas e menos degradantes sejam empregadas. Enquanto a lógica que move a maioria das ações em âmbito global for a financeira, a deterioração ambiental se acentuará. Para a preservação da natureza, é necessário que prevaleça o interesse direcionado à proteção ambiental.

Outro aspecto interessante trabalhado pelo autor é o fato de que a expressão “organismo geneticamente modificado” (OGM) é imprecisa, pois nomeia tudo, visto que no decorrer de muitos anos, os genes dos organismos vão se alterando de maneira “natural”. O termo mais adequado seria “organismo transgenicamente modificado” (OTM), que diz respeito àqueles modificados pela técnica, pelo homem.

Embora seja cedo para se afirmar sobre os males que os transgênicos causam à saúde humana e seus efeitos em longo prazo na natureza, sabe-se que eles rompem barreiras naturais, invadindo outras plantações, o que configura um caso de poluição genética. O autor também indaga se a poluição genética não é uma estratégia das empresas agroquímicas.

Porto-Gonçalves destaca que há, contemporaneamente, a troca da dívida externa por natureza, que se daria por intermédio de um mecanismo de compra dessa dívida de países subdesenvolvidos. Em troca, algumas locais destas nações se tornariam áreas de conservação ambiental. Isto se configura numa espécie de chantagem ambiental, pois algumas áreas são preservadas para se expandir a poluição em outras.

Ante este contexto do neoliberalismo ambiental, o globo se divide entre aqueles que poluem desmesuradamente, como os países desenvolvidos, e aqueles que devem se destinar à preservação ambiental, caso das nações subdesenvolvidas. Hodiernamente, tem-se a migração em larga escala de indústrias dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, em virtude de alguns fatores como a pressão ambientalista e o aumento do preço das fontes energéticas.

A transferência destas indústrias geradoras de um sem-número de rejeitos para as nações subdesenvolvidas causa perda de diversidade biológica e cultural. No caso brasileiro, as monoculturas implantadas no território nacional têm acarretado em significativo acréscimo do processo de desertificação. Inúmeras indústrias ocultam suas verdadeiras intenções através do sequestro de carbono, do selo verde, entre outras artimanhas.

As Organizações Não Governamentais e os órgãos supranacionais (tais como o Banco Mundial e o FMI) têm criado articulações que favorecem as corporações transnacionais (vide o exemplo das petrolíferas) e apoiam as privatizações.

Outro ponto salientado na obra está no avanço da disputa pelo controle, pela gestão e pela apropriação da água. Tem-se expandido a privatização da água em diversas localidades mundo afora. A crescente escassez desta em certas regiões do planeta tem ampliado os processos de desertificação. A ela, soma-se o crescimento das precipitações extremas e grandes estiagens, para constatar a ocorrência de uma desordem ecológica global.

Algumas culturas são extintas pela mudança nas dinâmicas hídricas locais, pois esta interfere diretamente em suas práticas. O desigual acesso aos recursos hídricos por parte das populações exemplifica nitidamente o quadro vigente de injustiça ambiental. Nos tempos atuais, a agricultura é a atividade que mais consome água no planeta, seguida da indústria. As estatísticas comprovam que o acréscimo no consumo de água foi muito maior que o crescimento populacional nas últimas décadas. A urbanização foi um dos fatores preponderantes desta expansão da demanda por água em escala global.

Os gastos com energia para transporte e captação de água são muito onerosos, já que houve generalização da irrigação e captação de águas subterrâneas para as monoculturas. Um problema ambiental colocado pela prática da irrigação agrícola se deve ao fato de que, em alguns casos, ela causa a salinização dos solos. Já no desfecho de sua obra, o autor expõe que a lógica mercantil neoliberal ainda é preponderante na discussão ambiental, o que se ratifica nos eventos mundiais sobre a questão ambiental, como a Conferência de Estocolmo, a ECO-92, a Cúpula de Johannesburgo, entre outros.

Ele ainda diz que ao se considerar os recursos naturais como “patrimônio da humanidade”, estes se tornam suscetíveis às transnacionais, visto que passam de uma escala local ou regional para a global. É justamente esse pensamento doutrinado pela ideologia da globalização que favorece as ações das grandes corporações pelo planeta.

Diante de tudo o que foi escrito, cabe enaltecer que o desafio ambiental deve se voltar também à questão cultural, conferindo importância à manutenção da diversidade cultural, protegendo as comunidades tradicionais, como os grupos indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros.

Recebido em 03 de fevereiro de 2014

Aprovado em 22 de junho de 2014